ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE SETEMBRO DE 2011:----------

Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- RENUNCIA AO MANDATO- ESMERALDO FERREIRA GOMES= PREENCHIMENTO DE VAGA

1.2- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 2011

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICIPIO= NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;

2.3 -PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO- 3º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO- 31 DE AGOSTO DE 2011= APRECIAÇÃO;

2.4- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011-2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S"

2.5-REFUNCIONALIZAÇÃO PARCIAL DA " CASA DOS ARCOS"- DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

2.6- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2011= CONHECIMENTO;

2.7- LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS = FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), EM 2011, A APLICAR NO ANO DE 2012;

2.8- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS - ANO 2011, PARA VIGORAREM EM 2012;

2.9- LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO

2.10-LOTEAMENTO DO CASAL– PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE DOIS LOTES – REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2. 11- LOTEAMENTO DAS PEDRAS NEGRAS- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE 14 LOTES= REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.12-REGULAMENTO DE TRÂNSITO-ADITAMENTO AO APÊNDICE = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

2.13-PACTO DE AUTARCAS – COMPROMISSO PARA AS ENERGIAS SUSTENTÁVEIS LOCAIS= ADESÃO

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência da Sra. Deputada Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz que justificou a falta.

Devido a impossibilidade o Sr. Presidente da Câmara Municipal não esteve presente sendo a Câmara representada pelo Sr. Vice-Presidente.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: RENUNCIA AO MANDATO- ESMERALDO FERREIRA GOMES= PREENCHIMENTO DE VAGA. Feita a chamada da cidadã Ana Cândida Branquinho Correia Relvas, convocada nos termos do Regimento, verificou-se que não estava presente pelo que não tomou posse. Proceder-se-á na próxima sessão de acordo com o estabelecido no regimento.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 2011. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Fernando Abel, Leandra Cordeiro, João Boto Martins e José Augusto Sousa.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel este referiu a intervenção feita na sessão anterior pela Sra. Deputada Inês Matos onde focou as diversas obras e estruturas feitas pelo Executivo do Dr. Orlando Mendes mas que foram feitas em terrenos que não eram da Câmara. Queria agora deixar bem vincado que tudo isto era pertença da Câmara e uma mais-valia para o Concelho. Ficou satisfeito com o apoio e focou a frase do antigo Deputado Sr. Pires que na sua intervenção feita no Período do Público disse "a eficácia foi posta sobre a legalidade".

A Sra. Deputada Inês Matos pediu a palavra para responder uma vez que foi mencionada na intervenção anterior. Começou por referir que tinha feito aquela intervenção num determinado contexto e que o público presente da altura a teria percebido. Não entendia o propósito da intervenção, esclarecendo que nunca esteve em causa a eficácia sobrepor-se à legalidade.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro que constitui o anexo nº1 desta Ata e que faz parte integrante da mesma.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins que começou por se referir à iniciativa que esteve presente nas Festas da Cidade relativa ao apoio dado pela Câmara Municipal à Associação Cantinho dos Animais. Não tinha visitado o espaço e também não se tinha apercebido da divulgação da iniciativa, pediu esclarecimentos e informações sobre o apoio dado por esta Associação aos interessados e sobre os resultados obtidos. Referiu também um artigo assinado pelo Sr. Presidente da Câmara num jornal, onde focava que fatores externos estavam a influenciar a sua gestão. Lamentou o enquadramento dado pela fotografia que não se

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica Sta Columba, Lda - S.ta C. Dão

enquadrava com o espírito do texto, pensando que seria da responsabilidade do jornal, mas que esse aspeto deveria ter sido acautelado.

Dada a palavra ao Sr. Vice-presidente este referiu que a Associação dava apoio a todos quantos dela necessitassem. As ajudas que se tinham conseguido foram muito positivas. A Associação está disposta a dar apoio a quem o peça na justa medida das suas possibilidades e do espaço disponível. Acrescentou que ficou surpreendido por o Sr. Deputado não ter visitado o espaço em questão. Esta colaboração tinha como objetivos, a sensibilização para esta situação, a angariação de fundos para a Associação e a criação de uma relação mais estreita para ajudar a resolver os problemas criados com os animais abandonados. Em relação ao artigo do Sr. Presidente da Câmara disse tratar-se de um artigo de caráter pessoal mas que de facto o que quereria transmitir era que o tempo da ilusão tinha acabado e que haverá decisões que causarão dor nos Santacombadenses, exemplificando com possíveis casos de não renovação de contratos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa que se referiu à falta de sinalização que se verifica no Largo do Balcão, ela existia antes da sua remodelação e agora não voltou a ser colocada. Esta situação causa transtorno a quem por lá passa e não tem qualquer informação sobre a direção do destino pretendido.

Nota: Esta parte da Ata foi efetuada sem apoio de gravação, uma vez que por deficiências técnicas o Período de Antes da Ordem do Dia não foi gravado.

Seguiu-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que em relação à informação já fornecida aos Srs. Deputados focou em pormenor a parte da Educação uma vez que se tinha iniciado o novo ano letivo, número de alunos, número de turmas, etc. Nos três Centros Educativos há 39 Auxiliares de Ação Educativa, entre estes há dez POCS. Comparativamente a 31 de dezembro de 2006 haverá mais auxiliares em resultado das AECS e do cumprimento da legislação, resultando dai um encargo maior em termos de custos. Possivelmente está a atingir-se o momento em que as Câmaras terão que dizer basta a esta situação, não há capacidade para suportar competências que são do Ministério da Educação sem qualquer retorno. Há também a situação de transporte de quatro crianças deficientes profundas e cujo custo de transporte não é comparticipado. A educação é um investimento, mas também só se pode investir até onde se pode. Referiu o apoio em termos de Ação Social Escolar, onde a situação foi analisada para além da informação dada pela Segurança Social. Debruçou-se também sobre a Escola Profissional, onde com um novo Diretor Pedagógico se está a trabalhar para que a Escola tenha melhores dias há um problema que não se poderá ultrapassar que é o número de alunos e ainda a oferta do Ensino Público também na parte profissional. Apelou ao esforço de todos para um empenhamento na vida e na recuperação da Escola pois ela é um marco no Concelho. O objetivo é ter uma Escola aberta e virada para a comunidade. Está a pensar-se numa atividade da Escola com a Assembleia Municipal. Referiu também o grande espetáculo musical promovido pelo CMAD "História Completa do Mundo – abreviada". Em relação à informação financeira referiu os condicionamentos externos que influenciam a atividade, havendo uma situação a que o Executivo não fugia que era a das suas responsabilidades. A informação era clara em relação à contenção das despesas, pois em relação ao período homólogo de 2010 houve uma diminuição de 29%, já do lado da receita o resultado não era tão bom, isto devido, por um lado aos cortes nas transferências do Estado, à retenção devido à violação do limite de endividamento e à retenção unilateral feita pelo SNS e pela ADSE. Atendendo ao saldo existente a 31 de agosto e às projeções feitas, a situação até ao final do ano só poderá ser corrigida e conforme está previsto no PSFR com a venda de património apesar do enquadramento atual não ser o mais favorável. Mencionou em pormenor o comportamento da despesa e da receita da forma como está descrita na informação fornecida. A situação é difícil e deverá agravar-se pois para o próximo ano prevê-se no Plano da "Troika" mais um corte de verbas para os Municípios. A situação não está fácil mas terá que ser enfrentada.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para questionar sobre a construção do Canil Municipal pois o mesmo era mencionado na informação fornecida aos Srs. Deputados. Em relação à intervenção do Sr. Vice-Presidente no Período de Antes da Ordem do Dia disse que já todos sabiam que o tempo das facilidades tinha acabado, pelo menos a nível nacional. A nível local quem não sabia era o Executivo, pois já desde a altura em que o PS perdeu as eleições que andam a alertar nesse sentido. Se o PS tivesse ganho as eleições provavelmente teriam tido razões para dizer o mesmo, talvez não tantas, pois desde o princípio pronunciaram-se contra algumas despesas que quanto ao PS foram precipitadas e que não se justificavam, como a construção de três Centros Educativos. Todos concordavam que foi uma boa medida, o PS é que não concordava que fossem necessários três Centros Educativos e construídos naqueles moldes. Não era um problema como o da Madeira, mas era um encargo que não faz parte da estatística para o cálculo da dívida do Município, que na sua opinião era de mais de 18 milhões de euros. Teve que intervir pois o Sr. Vice-Presidente sem necessidade nenhuma de lhe dar lições, formulou a crítica ou a censura de que deveria ter passado no "cantinho dos Animais", fê-la de passagem mas não se enquadrava na sua resposta, nem tinha razão de existir.

Foi dado pelo Sr. Presidente da Assembleia um intervalo de dez minutos para se tentar resolver um problema que tinha a ver com a gravação desta sessão.

Reiniciados os trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra para responder ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que começou por dizer ao Sr. Deputado que não tinha tido a intenção de ser deselegante e caso tivesse passado essa imagem publicamente se retratava. Não tendo ficado totalmente esclarecido com a questão posta disse que a construção dos três Centros Educativos tinha sido muito debatida, havendo alguma confusão na definição do seu número por parte do PS quer na Câmara quer na Assembleia. Entendeu-se que era um investimento prioritário, foi feito, sempre tiveram a indicação que todos os Centros eram financiados independentemente do modelo da sua construção e era nesse ponto que continuavam a lutar.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICIPIO= NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, este informou que o objetivo da mudança do auditor prendeu-se com dois factos: primeiro porque entenderam que seria benéfico ser um auditor diferente do que é o da Combanima e da Profiacademus e por outro lado, apesar de ser um auditor experiente e com curriculum é menos oneroso em relação ao anterior.

Não havendo pedidos de intervenção esta nomeação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto três: PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO- 3º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO- 31 DE AGOSTO DE 2011= APRECIAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este começou por dizer que este assunto já se cruzava com a informação dada acerca da situação financeira do Município. Os grandes pontos a reter eram a diminuição da despesa no valor de 29% que se desmontava em várias rubricas principais (Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital) houve também algum aumento em várias rubricas, mas algumas delas não tinham outra solução. Em relação à receita, como já tinha sido dito havia algum comportamento que era menos positivo. Teria que haver um esforço para se atingir o equilíbrio orçamental, o que no fundo era o objetivo. Já tinha referido alguns fatores que condicionavam a receita. Já tinham estado mais otimistas em relação ao cumprimento do atual PSF mas ao que estavam obrigados era a fazer-se um trabalho mais intenso, mais árduo e profícuo no sentido de ser cumprido. Naturalmente esse equilíbrio só se conseguirá com a venda de património, o que agora é difícil, mas acreditavam que iriam conseguir essa venda, era um caminho difícil mas estava convencido que isso iria ser atingido.

Foi dada a palavra a à Sra. Deputada Inês Matos que começou por realçar o esforço feito pelo Executivo e que pelo expresso no relatório tem tido resultados, nomeadamente no campo da despesa. Aqui referiu as Despesas com Pessoal acrescentando que lamentava que isso acontecesse devido ao fim dos vínculos precários, acreditando

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

que não pudesse ser de outra forma. A despesa também diminuiu à custa da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com medidas que se tinham iniciado há um ano atrás e com a Aquisição de Bens de Capital, lamentando esta situação uma vez que esta rubrica gera sempre riqueza mas nesta altura era necessário conforme se verifica pelo quadro nacional e mundial. O esforço feito tem tido alguns resultados. Achou curioso ter-se focado atrás a situação da Madeira, notícia de capas, no entanto disse ser bom recordar como se teria chegado a esta situação e para isso referiu um artigo publicado num jornal onde se fazia o relato da evolução do que aconteceu na Madeira. Disse que cada Madeirense devia cerca de 30 mil euros, o dobro da média nacional, a sua divida duplicou nos últimos cinco anos, isto é desde 2006 e desde essa data o Governo foi do Eng. José Socrates. Convinha também referir que aquela divida duplicou num só ano com a contratação de três novos empréstimos depois do Executivo do Eng. Guterres ter assumido passivos num total de 630 milhões entre 1998 e 2002. Nessa altura já o Continente pagava a divida da Madeira, isto autorizado pelo Governo, nas últimas duas décadas a Madeira tem acumulado dividas que aumentaram sempre que o Governo aumentava medidas de saneamento. Todos se vergaram, sem exceção a Alberto João Jardim. Em 1998 e 2001 o Governo de Guterres cobriu vários passivos na Madeira. Em 2002 aquele Governo pagou 20 milhões à Madeira pelos seus votos necessários à aprovação do orçamento retificativo. Durão Barroso e José Socrates também se vergaram a Jardim. Isto não aconteceu há muito tempo e não se devia esquecer que a Madeira chegou a esta situação, não desde hoje, nem de ontem, nem há dois ou três meses atrás quando foram ganhas as últimas eleições, já foi há mais de uma década que tudo começou.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que ficou surpreendido por haver já a preocupação de eventualmente o atual PSFR não vir a ser cumprido ou não ser possível cumpri-lo, quando foi aprovado manifestou a sua preocupação de que passado algum tempo tivéssemos uma nova versão. Perante os últimos resultados estava convencido que se enganara, mas agora perante a manifestação do receio do Sr. Vice-Presidente permitia-se fazer algumas observações no que dizia respeito à diminuição das despesas. Claro que o que se tinha conseguido era positivo, especialmente na Aquisição de Bens e Serviços Correntes e nas Despesas com Pessoal, mas na sua opinião ainda se podia conseguir muito sem haver despedimentos, por exemplo tem-se falado muito do escândalo a nível nacional das parcerias público-privadas que também chegaram a Santa Comba Dão e num dos pontos de hoje será vista mais uma das consequências destas parcerias. Lamentava que houvesse necessidade de se proceder a uma redução tão drástica na Aquisição de Bens de Capital apesar das receitas próprias da Câmara terem tido um comportamento positivo. Se o esforço dos contribuintes portugueses estará próximo do ponto da rutura o dos Santacombadenses também estará nessa situação. Achava que, antes de eventualmente ser necessário reformular o PSFR, a Câmara deverá procurar outras soluções e se tomar medidas com certeza que encontrará outras rubricas onde poderá diminuir a despesa. Comentou a seguir a utilização da expressão "há uns anos atrás" referindo que o "atrás" não devia ser utilizado, pois não se justificava a sua utilização em Português, seria uma cópia do Inglês. Focou ainda outras formas linguísticas.

O Sr. Presidente da Assembleia aproveitou a ocasião para expressar a sua opinião nas questões de linguística postas pelo Sr. Deputado.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que começou por dizer que o que tinha dito e que se encontrava na informação distribuída era que com o atual enquadramento a situação do cumprimento do PSF se tornava mais difícil, também tinha dito que o Executivo tudo fará para cumprir o PSFR e irá cumpri-lo. O Sr. Deputado disse que haveria outras rubricas onde se poderia diminuir a despesa e contribuir para o cumprimento do PSFR, essa era uma situação que o Executivo iria tentar concretizar mas a situação não se podia pôr assim tão facilmente.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011-2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S".

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este informou a Assembleia do que constava esta revisão e da forma como já vem expressa na documentação distribuída.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

Não havendo pedidos de intervenção esta segunda revisão foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto cinco: REFUNCIONALIZAÇÃO PARCIAL DA " CASA DOS ARCOS"- DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este justificou o pedido da Declaração de Interesse Público com a necessidade da mesma fazer parte do processo para a aprovação do financiamento. Inicialmente estava prevista para o local uma Loja do Cidadão de segunda geração mas em virtude do processo ter ficado parado, entendeu-se que a criação agora de um Balcão Único seria uma oportunidade de dar vida àquele espaço e também ser útil para a população.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que o PS concordava com a necessidade de valorizar a Casa dos Arcos. Se essa valorização implicava um projeto de cofinanciamento estavam de acordo. Gostava de ser esclarecido sobre a necessidade e utilidade da instalação do Balcão Único na Casa dos Arcos, se isto servia para obter o financiamento necessário para requalificar e melhorar a Casa dos Arcos claro que se aceitava, agora quais eram as vantagens efetivas de as pessoas terem um Balcão Único na Casa dos Arcos é que não estava totalmente claro.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que começou por dizer que o financiamento estava aprovado mas necessitava da Declaração de Interesse Público. Em relação à utilidade de um Balcão Único em Santa Comba Dão era exatamente a mesma que existe noutro Concelho que o tenha ou seja a concentração de serviços num local e assim um cidadão poder tratar de um conjunto de assuntos no mesmo local e no meio da cidade. Os funcionários terão que ter a necessária formação. O grande objetivo é reformular a Casa dos Arcos e através disso criar esta estrutura para os Santacombadenses.

A passagem desta Declaração foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2011= CONHECIMENTO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este começou por dizer que o relatório era enviado diretamente à Assembleia Municipal, não tinha muito a dizer sobre ele, era claro. Focou apenas a diminuição dos custos de natureza estrutural, nomeadamente as Despesas com Pessoal e portanto considerava mais um sinal positivo no sentido do caminho que tinham que seguir.

Pediu para intervir o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que tendo mudado o auditor não podia concordar com a opinião do Sr. Vice-Presidente pois mantinham-se os pontos negativos apontados pelo auditor anterior. Se já se tinha visto que as Despesas com Pessoal tinham diminuído já não podia comungar do resto. O relatório tinha uma característica interessante, apontava para uma divida superior a 20 milhões, um jornal local e outro nacional aprontavam a divida para 15 milhões e a informação do Sr. Presidente apresentava esta divida para perto dos 19 milhões, são números discordantes, haveria qualquer coisa que não estaria a funcionar bem. Nos valores do QREN havia alguma diferença e também nas Despesas com Pessoal que efetivamente diminuíram. Disse que a divida do Município ultrapassava os 20 milhões, não estando contabilizada, como refere o auditor, a Combanima para onde não foram ainda feitas as transferências. O auditor refere também que com grande dificuldade se irá chegar a 31 de dezembro com os objetivos cumpridos. Pensava que ninguém deveria ficar satisfeito com a situação, ele não estava. Focou ainda a situação que o deixava preocupado pois o auditor indicava que os acréscimos com férias, subsídios de Natal e de férias não foram incluídos nas despesas, se fossem incluídos as Despesas com Pessoal aumentavam quase para 1 milhão e 600 mil euros portanto esta não inclusão falseia de alguma maneira os dados apresentados. Terminou dizendo que o auditor era outro, mas os dados e os problemas eram os mesmos com a agravante de se estar a esgotar o tempo, não se prevendo que se possa chegar a 31 de dezembro com a situação corrigida. Esperava que as vendas do património possam aliviar a situação sabendo-se que

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

era difícil corrigir de imediato a situação, mas de facto o relatório não era tão tranquilo como o Sr. Vice-Presidente quis transmitir realçando a diminuição de despesas.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que não tinha gostado de ler a noticia vinda num jornal, a situação tornou-se mais mediática com a vinda da "TROIKA" e obviamente que estas noticias não são agradáveis. A rotura financeira realmente acontece quando alguém não tem capacidade para cumprir os seus compromissos imediatos, no caso de SCDão isso ainda não acontece e esperava que não viesse a acontecer a tal rotura financeira apesar de hoje ser um cenário que é perfeitamente possível colocar-se. Por isso mesmo gostaria de perguntar ao Sr. Vice-Presidente quais as medidas que estão a ser tomadas e o que o Executivo pensou, discutiu e debateu quando leu aquela noticia, se está a ser negociado algo com o Governo, se o Governo tem alguma proposta para situações como a de SCDão e de muitos outros Municípios. A sorte de alguns Municípios é de poderem ter alguma receita mas isso não acontece com os do Interior que não têm capacidade e que vivem à custa das transferências do Estado, até a pequena receita que se tem também é controlada pelo Estado pois este tem a possibilidade de cortar nos impostos. Referiu também as aulas de Português dadas por vezes pelo Sr. Deputado Boto Martins, agradecia e achava que chegavam a ser ridículos os erros que se cometem diariamente, até por pessoas com formação superior, não só oralmente como também na escrita.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado José Augusto reafirmou que tinha dito que havia um ênfase relativamente aos custos das Despesas com Pessoal que efetivamente estavam a diminuir, não omitiu nenhum dos problemas que lá estavam, aliás desde o inicio tem dito que a situação é difícil e não escamoteou nada. O relatório é o relatório e tem que ser analisado sob esse ponto de vista. Sobre a notícia do jornal, disse que o Município vive muito à custa das transferências do Estado, a dependência neste caso é grande, tem dificuldade em criar receitas próprias e como já foi mais que explicado o Município é altamente penalizado pois cada Santacombadense recebe muito menos do que os munícipes da esmagadora maioria dos Municípios de todo o País. SCDão é duplamente penalizada, por aquela via e por termos um território homogéneo, com população por toda a área do Concelho o que acarreta despesas várias e elevadas. A notícia não foi nenhuma surpresa e estavam a tomar medidas para obviar esta situação, no entanto seria bom que todos tivessem a noção da situação, assumiam toda a responsabilidade da gestão, mas não valia a pena, particularmente o PS tentar tirar de cima de si responsabilidades que são de todos e todos deverão estar unidos para encontrar soluções. Havia de facto algumas incongruências, focadas pelo Sr. Deputado José Augusto nomeadamente em relação à divida global, mas ao fazer-se um cruzamento de dados verifica-se que na informação prestada na Assembleia em 24/02/2006 o total de dividas a terceiros a curto, médio e longo prazos ascendia a mais de 18 milhões de euros, não queria responsabilizar o PS, queria dizer que havia um problema estrutural há longos anos na gestão da Autarquia e portanto se em 2005 por qualquer motivo tivesse havido uma "TROIKA" em Portugal, SCDão infelizmente também nessa altura já estaria colocada nessa lista. A situação era difícil, não tinha ficado agradado com a notícia, a responsabilidade era de todos e o objetivo era continuar em frente e encontrar soluções.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto para dizer que o estar-se recorrentemente a utilizar o passado para justificar o presente era um erro. Aliás seria assim que o atual executivo justificava que em 2005/2006 a dívida tenha aumentado de forma elevada, provavelmente não tinham conhecimento que a Lei iria aparecer e teriam pouca experiência na gestão da Câmara, pois a partir dai começou a diminuir. Há pouco não quis frisar que se as Despesas de Pessoal tinham efetivamente diminuído, também diminuiu o pessoal, pois este transitou para a Combanima que serve de almofada às despesas que a Câmara não pode assumir. Portanto estar novamente a recorrer ao engano era um erro, como tinha sido dito o problema era transversal a todos os Santacombadenses. Achava que por uma vez se tinha que assumir que tanto o PS, que eventualmente pode ter feito dívida, como este Executivo as fez, agravando-as. Enquanto o Executivo Socialista tinha obra para justificar as dívidas, via agora poucas para justificar o aumento da divida, o que via era obras feitas pela Parceria, o que via era os parques de estacionamento entregues a privados e o que via era muitas obras feitas erradamente. Era apologista que todos os partidos deviam estar orientados para o bem do Concelho, não concordava com a tentativa de chamar "burros" aos outros, há pouco foi "burro" e agora foi abrigado a esclarecer o que antes não quis.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que esclareceu que não tinha tido a intenção de chamar "burro" a ninguém. Percebeu com aquela intervenção que tinha havido algum nervosismo, mas eram os factos, reafirmou a assunção de toda a responsabilidade pela gestão da Câmara Municipal, agora não se podia olhar para o lado e pensar que não se tinha nada a ver com a situação, a responsabilidade era transversal e em conjunto deviam encontrar soluções para o futuro do Concelho.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS = FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), EM 2011, A APLICAR NO ANO DE 2012.

Não havendo intervenções o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com 22 votos a favor (17 do PPD/PDS e 5 do PS – Srs. Deputados Joaquim Rodrigues, José Augusto Sousa, José Cruz, Hélder Dias e Fernando Costa) e 6 abstenções do PS.

Passou-se para o ponto dois ponto oito: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS - ANO 2011, PARA VIGORAREM EM 2012.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este referiu que a proposta mantinha as taxas do ano anterior por duas razões, por um lado o estar previsto no PSF a necessidade de angariação de receitas e por outro lado a situação financeira atual não permitia, embora gostassem, fazer qualquer espécie de redução das taxas.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto que disse não fazer a intervenção em relação ao valor das taxas, mas sim em relação à sua execução. Vivia num bairro social há muitos anos, numa casa que adquiriu e que é taxada pelo valor mais elevado do Concelho, não havia qualquer regra de exceção para habitações em bairros sociais, mas mais grave era a situação de abandono que a área envolvente ao bairro sofre em questões de limpeza pois ao lado num espaço privado os funcionários da Câmara encarregam-se da limpeza do lixo. Em seu nome e em nome dos restantes moradores do bairro solicitavam que o Município tivesse mais cuidado na limpeza daquele espaço pois pagavam mais que os outros e teriam que ser servidos tão bem como os outros o são.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que se debruçou sobre alguns dos pontos da declaração de voto entregue na reunião de Câmara pelos Srs. Vereadores do PS. Afirma-se naquela declaração que "A fixação das taxas do IMI e da derrama constituiria uma boa oportunidade para aumentar a competitividade do nosso Concelho face aos concelhos vizinhos, atraindo mais investimentos e a fixação de mais residentes". Foi consultar o portal das finanças e consultar no INE os resultados do último CENSOS para verificar a correlação que haveria em alguns concelhos próximos entre as taxas aplicadas e o resultado do CENSOS. Tirou alguns dados referentes a Carregal do Sal, Tondela, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Mortágua, Viseu e claro Santa Comba Dão. Constatou que apesar de terem taxas mais baixas todos os concelhos vizinhos à exceção de Viseu diminuíram a sua população, indicou os valores das taxas e a variação desta população. Apenas o Município de Viseu apresentou um aumento da sua população, talvez por ter um fator importante que é o Ensino Superior que faz deslocar muitos jovens acabando alguns por se fixar e também por ter uma maior oferta de serviços. Portanto não conseguia encontrar mesmo nos Municípios que baixaram as taxas do IMI uma correlação entre o baixar das taxas do IMI para a fixação de população. Em relação à derrama também consultou o Portal das Finanças e verificou que cerca de 75% dos Concelhos Portugueses aplica uma taxa de 1,5% e raro é o Concelho que apresenta uma derrama reduzida. Também todos sabemos que, e não sejamos ingénuos a esse ponto para pensar que seria por ter uma taxa de derrama mais reduzida que teríamos mais industria em SCDão, infelizmente essa não é a razão, há muitos outros fatores que levam à fixação de população e à fixação de industria: os Parques Industriais, o preço, as condições, os acessos e a proximidade de outras indústrias. Hoje uma indústria não cresce isoladamente, a vinda de uma indústria não tem qualquer relação, como lhe querem dar com a taxa de derrama. No momento em que SCDão vê cortes nas suas transferências por parte do Governo ainda não viu na Assembleia e não seria ela a dá-las porque confessava que não as tinha, ainda não tinha visto na Assembleia a proposta de medidas que podiam ser tomadas e qual o seu impacto para efetivamente reduzir despesa e aumentar receita. Parecia-lhe completamente despropositada a

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

apresentação de uma redução de taxas quando não havia qualquer correlação com a fixação de população ou com a instalação de indústrias no Concelho.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que referiu terem-lhe surgido algumas questões na sequência da intervenção anterior. Aceitava que não houvesse uma correlação direta entre o valor dos impostos municipais e o aumento ou diminuição da população residente, haverá muitos outros fatores que contribuem para isso e se a população de Viseu aumentou poderá não ser pelas razões apontadas, poderá ser por funcionar como pólo de atração que leva à desertificação da zona circundante como acontece com outros grandes centros urbanos. Achava que essa questão para ser trazida e discutida na Assembleia devia ser objeto de estudo convidando a Sra. Deputada Inês Matos a fazer o estudo. Poderá não haver qualquer correlação direta mas garantia que seria mais um fator que aumentava a competitividade do Concelho. Outro aspeto que queria referir, apesar de ter merecido a aprovação unânime na reunião de Câmara, era a situação de agravamento da taxa do IMI para os prédios degradados. À primeira vista toda a gente concordava, se as pessoas não tratam do prédio que possuem devem obrigar-se essas pessoas a tomar uma decisão, ou reconstroem e arrendam passando a beneficiar do incentivo da Câmara ou vendem e deixam de pagar o imposto agravado. Na perspetiva de quem recebe é perfeitamente positivo mas achava que era um pouco injusto. O facto é que os prédios urbanos degradados nos centros antigos tinham outra razão de ser, primeiro não há quem os compre, segundo grande parte dos proprietários não têm meios para proceder à sua reconstrução, terceiro a situação poderá ter tendência a não ter solução. Esta seria uma questão a merecer reflexão até ao próximo ano e verificar até que ponto era justificada a penalização aos proprietários ou estudar outras soluções que sejam mais frutuosas. Disse ainda que na Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do PS e para justificar o seu sentido de voto, se argumentava com a gestão irresponsável que hipotecou o desenvolvimento do Concelho e futuro das próximas gerações dos Santacombadenses, apontando-se também soluções para a diminuição das despesas da Câmara noutros domínios que ainda não foram abordados, nomeadamente as Despesas com Pessoal, diminuindo o pessoal de apoio dos gabinetes substituindo-os por pessoal do Município. Aqui estava uma solução posta mas que é difícil de aceitar pois é difícil dispensar o pessoal assessor.

O Sr. Presidente da Assembleia alertou o Sr. Deputado pois considerou que esta última observação tinha ultrapassado o âmbito do que se estava a debater, uma vez que não via o que os assessores tinham a ver com as taxas do IMI que estavam a ser discutidas. Para estes assuntos o Sr. Deputado tinha o Período de Antes da Ordem do Dia.

Pediu a palavra a Sra. Deputada Inês Matos para dizer ao Sr. Deputado Boto Martins que quem quer provar um resultado é que tem de apresentar a prova, não seria ela a fazê-lo pois o argumento não era dela. Sugeria o contrário, se lhe for provado com um estudo aprofundado, com documentos, com dados estatísticos que existe efetivamente essa relação então publicamente aceitaria que as taxas poderiam diminuir, mas provavelmente poderiam ter começado com a diminuição em 2003, porque quando em 2003 o IMI surge as taxas foram fixadas em 0,7% para os prédios urbanos e 0,4% para os prédios urbanos avaliados. Em 2004 as taxas mantêm-se e nessa altura o PS e muito bem, porque não tinha duvidas que a decisão foi tomada em consciência, entendeu que não podia prescindir dessa receita. Poderá prescindir-se hoje? Não, não pode pois é completamente descabido. Em 2005 mantiveram-se e até hoje não foram aumentadas. Quanto ao estudo se quiserem a sua colaboração, estará disponível mas não lhe cabia fazê-lo.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação. As taxas de 0,7% para os prédios urbanos e de 0,4% para os prédios urbanos avaliados foram aprovadas por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Fernando Costa) e 9 abstenções do PS. Os valores constantes da proposta presente à reunião de Câmara de 20 de novembro de 2009 foram aprovados por maioria de 17 votos do PPD/PSD e 10 abstenções do PS. Esteve ausente das votações o Sr. Deputado Hélder Dias.

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove: LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a taxa de derrama de 1,5% aprovada por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Fernando Costa) e 8 abstenções do PS. Estiveram ausentes desta votação os Srs. Deputados Hélder Dias e José Cruz.

Passou-se para o ponto dois ponto dez: LOTEAMENTO DO CASAL– PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE DOIS LOTES – REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este referiu que de acordo com o previsto no Orçamento para 2011 e o previsto no PSF colocava-se à apreciação da Assembleia Municipal a autorização para a venda destes lotes que resultaram de um longo processo de negociação com a EDP e que no âmbito do edital é bem explícito. A venda enquadra-se no âmbito dos objetivos financeiros que já foram focados nesta sessão, assim como o ponto seguinte.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a venda e o seu regulamento aprovados por maioria com 19 votos a favor (17 do PPD/PSD e dois do PS – Srs. Deputados José Cruz e Fernando Costa) e 8 abstenções do PS. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Hélder Dias.

Seguiu-se para o ponto dois ponto onze: LOTEAMENTO DAS PEDRAS NEGRAS- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE 14 LOTES= REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este informou que a situação era idêntica à do ponto anterior não havendo mais nada a acrescentar.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a venda e o regulamento aprovados por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Hélder Dias) e 9 abstenções do PS. Esteve ausente da votação a Sra. Deputada Edite Cruz.

Seguiu-se para o ponto dois ponto doze: REGULAMENTO DE TRÂNSITO-ADITAMENTO AO APÊNDICE = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Vice Presidente este fez a apresentação focando a necessidade de se fazer cumprir o estabelecido e para isso a indicação do agente fiscalizador.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para em nome dos Deputados do PS dizer que desde o inicio foram contra a criação dos parques de estacionamento pagos, que na altura foi também uma maneira para a Câmara obter uma receita extraordinária de uma só vez com a concessão da exploração dos parques a uma empresa quase privada. Neste momento pede-se a nomeação de um funcionário da Câmara para fiscalizar o pagamento ou não do estacionamento dos veículos nesses parques. Como o PS desde o inicio não concordou com o estacionamento pago, só por essa razão também não estavam de acordo com a ocupação de um funcionário da Câmara para fiscalizar esse pagamento. Não concordavam, primeiro porque era desperdiçar o tempo de um funcionário da Câmara que é pago com o dinheiro dos contribuintes e que agora iria ser pago para fiscalizar, a haver alguém interessado na fiscalização do pagamento seria a entidade que arrecada as receitas, por outro lado e ainda não havia muito tempo, nesta Assembleia o Sr. Presidente da Câmara apelou para que os cidadãos e nomeadamente os Deputados denunciassem ou comunicassem à GNR as situações de incumprimento que observassem para aquela força autuar os transgressores. Tinha portanto a impressão que nessa altura o Sr. Presidente da Câmara não previa que fosse a própria Câmara a exercer essa função, para além de haver duvidas quando à licitude de ser um funcionário da

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

Câmara a exercer essa fiscalização em benefício de uma entidade privada. Por todas estas razões e porque tem havido por parte da Câmara uma espécie de preocupação permanente em suprimir tudo o que seja local onde se possa parar e muito menos estacionar com a colocação dos conhecidos "mecos", qualquer dia passamos a ser conhecidos pela cidade dos "mecos" como Viseu é conhecida como a cidade das rotundas. A Câmara preocupa-se com a cobrança de receitas, mas não se preocupa com a falta de dimensão do estacionamento marcado antes da estação da GALP onde quase não se pode abrir a porta do carro se forem respeitadas as marcações existentes no pavimento, ali há uma parte do pavimento que não está marcada e as pessoas ao estacionarem ali não sabem se estão em transgressão. Por todos estes aspetos, porque se trata ao que parece de uma preocupação da Câmara em zelar pelos interesses de uma empresa maioritariamente privada, o PS não estava de acordo com a despesa com um funcionário da Câmara para o exercício destas funções.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que começou por dizer que quando o Sr. Presidente da Câmara fez numas das últimas sessões da Assembleia aquele apelo aos Srs. Deputados fê-lo dentro de uma lógica de cidadania e responsabilidade mas a verdade é que a GNR talvez por falta de elementos não tem cumprido neste caso concreto. A Lei permite que a Câmara exerça essa fiscalização uma vez que não delegou essa competência independentemente da gestão dos parques de estacionamento. Em relação ao espaço de estacionamento perto das bombas da GALP, como o Sr. Deputado sabia, houve um atraso devido à possível mudança das bombas mas devido à instalação de uma estação de combustível "Low Cost" isso já não iria acontecer pois a GALP entendia não se justificar o investimento para a mudança do local e assim aquela estação de combustível irá manter-se no mesmo local, possivelmente com algum melhoramento, isto permitirá que a Câmara faça algumas alterações no estacionamento, até mesmo do outro lado da avenida.

O Sr. Presidente da Assembleia disse compreender as razões do Sr. Deputado mas assim como se apela ao bom português também se devia olhar para a cidadania. A existência de um fiscal para verificar o cumprimento dos deveres do cidadão era um bom investimento na sua opinião.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o Aditamento ao Apêndice e a indicação do funcionário para fiscalização aprovados por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Fernando Costa) duas abstenções do PS (Srs. Deputados César Branquinho e Hélder Dias) e 8 votos contra dos restantes Deputados do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto treze: PACTO DE AUTARCAS – COMPROMISSO PARA AS ENERGIAS SUSTENTÁVEIS LOCAIS= ADESÃO.

Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente este referiu que por iniciativa da União Europeia foi criado o Pacto de Autarcas com o compromisso virado para as energias sustentáveis locais e que visava cumprir um conjunto de objetivos que têm a ver com a preservação do ambiente. Sendo uma questão premente e prioritária o Município propunha a adesão a este Pacto.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel para dizer que o PS não era contra esta adesão mas queriam saber quais os custo que ela representava para o Município.

Para esclarecer o solicitado, o Sr. Vice-Presidente informou que neste momento não haveria qualquer custo a não ser os operacionais e os de implementação de projetos e de ações.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

Não havendo mais intervenções a adesão ao Pacto e a indicação do Sr. Presidente da Câmara como mandatário do Município foram aprovados por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não havendo pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia depois de agradecer a presença e participação de todos deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e cinquenta minutos dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Fernando Marques Soares Coelho
Carla Sousa

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt
Contribuinte N.º 506 637 441

Gráfica S.ta Columba, Lda - S.ta C. Dão

ANEXO Nº 1

11/09/16

Exmo.Sr. Presidente da Assembleia,

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Deputados,

Exmo. Público.

Uma constatação. Uma evidência.

Um reconhecimento feliz é o que me traz aqui hoje.

Dois meses volvidos da Inauguração da Ecopista do Dão (e friso, apenas dois meses) podemos todos nos orgulhar do investimento realizado e dá-lo sem dúvida, como uma aposta ganha.

Sabemos que é um projecto intermunicipal que nasce da requalificação de uma infra-estrutura caduca e que hoje, movimenta centenas de pessoas num traçado comum, bem integrado e adaptado que não só se promove a ele próprio mas também os concelhos que o sustenta. Neste sentido, a Ecopista é, de facto, um importante meio, dinamizador da região, capaz de atrair turistas e gerar riqueza nos agentes económicos deste espaço territorial.

É igualmente um poderoso instrumento promotor de saúde e bem-estar das populações. E lembro, que muitas vezes, não basta alertar para a necessidade e importância da prática do exercício físico. É fundamental que as pessoas se sintam confortáveis e estimuladas para o fazer.

As condições excepcionais desta via permitem-no o que reforça a exigência e o cuidado na sua preservação (por parte de todos).

Perfeitamente bem enquadrada e adaptada do ponto de vista paisagistico, a utilização da Ecopista fomenta como poucas obras, a preocupação com as questões ambientais e o reconhecimento da biodiversidade, assumindo aqui também, um papel pedagógico.

Depois, lembrar que é uma infra-estrutura não só pensada nos mais jovens mas transversal a todas as gerações o que reforça o seu poder, pois também aqui, é permitido o convívio inter-geracional e as benesses a ele, inerentes.

Por tudo isto, alerto para a necessidade de uma maior e melhor sinalização da mesma e por fim, sabendo que atravessamos uma dura conjuntura do ponto de vista económico, não posso

11/05/16

no entanto, deixar aqui a sugestão premente de no futuro se pensar em ligar a sede de concelho ao traçado por meio de um acesso pedonal o que seria, de facto, uma mais-valia.

Obrigado!

Leandra Cordeiro